



Carta aberta à população brasileira

HUGO MOTTA E A GRANDE IMPRENSA QUEREM DEMOLIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS OFERECIDOS AO POVO!

Uma operação ensaiada que une a cúpula do Congresso Nacional, os grandes meios de comunicação e os interesses das elites com um objetivo: abrir caminho para se apropriar dos recursos públicos que servem a população e desmontar o Estado brasileiro.

O editorial da *Folha de S.Paulo* de 24 de agosto tenta apresentar como “modesta” e “válida” a proposta de Reforma Administrativa que nasce deste Congresso. Fala em disciplinar supersalários, em meritocracia e em eficiência, mas silencia sobre os verdadeiros privilégios blindados: os penduricalhos de militares, os gastos milionários dos parlamentares e o custo bilionário das emendas secretas que hoje devoram o orçamento público.

O que a imprensa faz é tentar legitimar o desmonte social, normaliza a retirada de direitos, tratando a estabilidade como “anomalia” quando, na verdade, ela é uma proteção, uma garantia institucional contra a corrupção, o clientelismo e a captura privada do Estado.

O deputado **Hugo Motta (Republicanos/PB)** agora anuncia nas redes sociais uma “Comissão”

para o dia 3/9, em sintonia com o coordenador do grupo de trabalho, Pedro Paulo (PSD/RJ). Quer fazer tudo a toque de caixa, sem debate real com a população, repetindo o roteiro da PEC 32/2020.

O mesmo Congresso que derrubou vetos e aumentou a conta de luz da população em bilhões se coloca como “defensor do cidadão”, mas na prática defende os interesses do capital financeiro e de corporações empresariais que querem lucrar com a privatização da saúde, da educação e da previdência. É mesmo o Congresso que, em junho de 2025, derrubou as novas regras do IOF propostas pelo governo Lula para equilibrar o orçamento e taxar Bilionários, Bancos e Bets, numa jogada conduzida por **Hugo Motta** que expôs a aliança do centrão com o mercado financeiro.

A medida desencadeou uma onda de críticas nas redes sociais, com a campanha “**Congresso Inimigo do Povo**” e a denúncia de que “**Hugo Nem-se-importa**”, retratando o presidente da Câmara como símbolo de um Legislativo que legisla contra os interesses da população.

OS MALES DESTA REFORMA ADMINISTRATIVA:

- **Acabar com a estabilidade**, abrindo a porta para perseguição política e aparelhamento.
- **Expandir contratos temporários e terceirizações**, precarizando o serviço público.
- **Desvincular saúde, educação e previdência do orçamento**, cortando recursos vitais para a maioria da população.
- **Blindar privilégios de parlamentares e militares**, desviando o foco para supersalários seletivos do Judiciário.
- **Manter o sistema de emendas bilionárias**, que transformou o orçamento público em moeda de troca política.

NOSSA POSIÇÃO

O Coletivo das Três Esferas do Serviço Público reafirma:

- Não aceitaremos reformas que fragilizam o atendimento do Estado brasileiro ao povo.
- Defendemos a **valorização do servidor público**, concursos transparentes e a estabilidade como proteção da sociedade.
- Exigimos **investimento em saúde e educação** (já previstos no Plano Nacional da Educação e Plano Nacional de Saúde), em vez de cortes sociais que aprofundam desigualdades.
- Denunciamos o **uso político da máquina legislativa para proteger privilégios de poucos** e sacrificar direitos da maioria do funcionalismo que atende o povo brasileiro.

À população brasileira:

Não se deixem enganar por editoriais que fingem moderação nem por parlamentares que falam em coragem enquanto se apropriam do orçamento público.

O que está em curso não é uma reforma para melhorar o Estado, mas sim um ataque para desmontar o serviço público e abrir espaço para negócios privados com a vida do povo.

**O serviço público tem quem o defenda.
E a nossa luta é objetiva:
nenhum direito a menos para o povo,
nenhum privilégio a mais para os de cima.**

Entidades que assinam: